

CENSO 2022 Dados são indicadores essenciais para a tomada de decisões, em especial para os gestores públicos

Pesquisa expõe condição da população das favelas: sem calçada (70%) e esgoto (53%)

JACKSON SOUZA*

As calçadas, equipamento básico de infraestrutura urbana de locomoção, não fazem parte da realidade de 70% da população que vive em favelas em Salvador. É o que mostra um levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base no Censo 2022, divulgado nacionalmente ontem.

Em contrapartida, o percentual do mesmo dado despenca para 25% quando se trata de locais de não favelas, evidenciando o que o instituto classificou como desigualdades significativas.

“Espero que, com os resultados do entorno das comunidades, se tenha um olhar mais atento, ou conheçam melhor a realidade local, pontuou Vladimir Miranda, diretor-adjunto de pesquisa do IBGE, durante a divulgação dos dados.

“Que isso sirva para que entendam o contexto do entorno (...), das comunidades, e possa ser usado tanto pela população, para pressionar os formuladores de políticas públicas para avaliar essas condições (...), se tem algo a ser melhorado, (...) ter políticas públicas mais efetivas”, destacou.

A ausência de calçadas que a pesquisa evidencia, é um dos dados mais críticos, para quem tem alguma dificuldade de locomoção, seja deficiência física ou em função da idade. Os dados informam que 99,3% dos moradores das favelas soteropolitanas vivem em vias sem rampas. É o caso da dona de casa Solange Pereira (53), com problemas na perna. Ela chega a andar até um quilômetro para ir ao mercado que fica cerca de 100 metros de casa, se consegue subir as escadas, no estreito beco em que mora.

Para quem vive fora das favelas, as rampas estão ausentes em 88,3% das vias, ou seja, estão presentes em 11,7% delas, contra apenas 0,7% em favelas.

Outras desigualdades
Becos apertados, inexistência de rampas, nenhuma calçada ou árvores e pouca ven-



Clara Pessoa / Ag. A TARDE

Ausência de calçadas e rampas dificulta ainda mais a vida de pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida

tilação, além de bueiros imprevistos pelos próprios moradores, essa é a realidade da dona Solange e da população do bairro Alto de Coutos, no Subúrbio Ferroviário de Salvador. É também a realidade de diversos outros moradores na capital baiana, que concentra 75% dos 1.376.000 habitantes de

Ausência de calçadas cai para 25% em locais não considerados favela

favelas da Bahia.

Dos 50 anos de vida, Cícera Ferreira reside há 25 no local, e reclama da quantidade de ratos que circulam no beco em que mora. Em frente a casa da prestadora de serviços gerais há uma vala de esgoto a céu aberto, o que atrai os roedores. A situação fica pior em perio-

dos de chuva, com a água sem ter por onde escoar.

“É um monte de rato aqui e ali é esgoto. Porque ali tinha que fazer uma tubulação grande, aí vem com a laje, que resolveria, né? Mas, infelizmente, o povo tem que se juntar pra poder, né? Quando chove piora porque os ratos sobem todos e ficam

SÍTIO ARQUEOLÓGICO

Autoridades e religiosos avaliam laudo sobre a área

THYFFANNY ELLEN*

O Ministério Público da Bahia (MP/BA) reuniu ontem, representantes de instituições públicas, pesquisadores, líderes religiosos e técnicos para discutir o laudo arqueológico do sítio “Cemitério dos Africanos”, descoberto na Pupileira. As duas reuniões, conduzidas pela Promotora Ambiental, tiveram como foco os resultados oficiais da pesquisa para início do alinhamento de medidas sobre a área, já interditada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A arqueóloga Jeanne Dias, coordenadora da escavação, reiterou que o material encontrado durante 10 dias de pesquisa confirma a existência de sepultamentos em profundidade, com indícios claros de enterramentos humanos a cerca de 3,2 metros. Dos 224 fragmentos coleta-

dos, 100 eram osteológicos humanos e 114 eram tralhas domésticas.

“A pesquisa é importante porque a escravidão atingiu boa parte do mundo e tem interesse local, estadual, nacional e internacional”, afirmou.

Os dados também foram complementados pela doutoranda e pesquisadora Silvana Olivieri, autora do dossiê que identificou o cemitério, ao lado do professor Samuel Vida. Ela anunciou que está articulando a criação da “Associação dos Amigos do Cemitério”, para garantir a continuidade ao estudo e fortalecer a mobilização pela preservação do espaço.

O promotor de Justiça Alan Cedraz reforçou a necessidade de ações imediatas diante da confirmação do sítio. “Com a confirmação desse sítio e seu cadastro no IPHAN, é necessário que a



Shirley Stolze / Ag. A TARDE

Reunião no MPBA apresentou laudo técnico do achado

Constituição e a Lei nº 3.924/61, que trata da proteção de sítios arqueológicos brasileiros.

Reparações

O diretor de patrimônio da Fundação Gregório de Mattos (FGM), Vagner José, destacou a relevância histórica do achado e a urgência de preservar a área.

Vagner ressaltou que a descoberta marca um ponto de virada nas pesquisas sobre a escravidão em Salvador. “A importância de preservar esse achado arqueológico já está posta. É sempre tempo de recuperar o que foi tirado e fazer o processo de reparação histórica”, disse. Ele também colocou a FGM à disposição para auxiliar na pesquisa.

***SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA ISABEL VILLELA**

LEIA ÍNTEGRA NO PORTAL A TARDE

“A importância de preservar esse achado arqueológico está posta”.

WAGNER JOSÉ, diretor da FGM

gente busque ações de proteção ao patrimônio, de reparação histórica e também de resgate desta memória”, afirmou. Ele destacou que o MP realizou a escuta com movimentos sociais e lideranças espirituais pela manhã, o que deve subsidiar decisões futuras. O encontro da tarde reuniu instituições

e gestores públicos, dando início ao processo institucional de definição de diretrizes.

Mateus Rizério, arqueólogo do Iphan responsável pela fiscalização da pesquisa, explicou que a ordem do órgão, de interromper a atividade do estacionando, segue o que estabelece a